

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



O tempo da guerra eterna?

José Manuel Pureza*

Janus 2005

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 conduziram a uma mudança substancial nos conteúdos da agenda internacional. Um breve exercício de comparação (antes e depois de 11.9.01) torna evidente uma redução da diversidade dessa agenda, em que deixaram de figurar, em lugar prioritário, tópicos como as negociações ambientais internacionais, a institucionalização de mecanismos judiciais internacionais ou as dinâmicas de integração económica regional. Subitamente, um único *leitmotiv* passou a nortear as relações internacionais: a luta contra o terrorismo. Programas internacionais, bilaterais ou multilaterais, de apoio ao desenvolvimento, quadros de relacionamento diplomático de diversas escalas ou até o mais simples planeamento de iniciativas de debate de assuntos internacionais passaram a ser ordenados à absoluta primazia da guerra contra o terrorismo, numa demonstração indelével de sobre ocupação de espaço internacional por esta temática.

Esta regressão é a expressão da amplitude e da intensidade conferidas à resposta norte americana aos atentados de 2001. Amplitude, em primeiro lugar: a Administração Bush definiu uma extensa multiplicidade de inimigos a serem alvo desta guerra e incluiu-os a todos num tratamento uniforme. Intensidade, em segundo lugar: os objectivos definidos e os meios adoptados têm como resultado absolutamente necessário uma totalização do espaço internacional pela guerra. Enfim, uma tão evidente pujança desta nova agenda internacional há-de ter impacto sobre os próprios quadros teóricos de estudo das Relações Internacionais. Analisemos cada um destes quatro aspectos separadamente.

Muitos e iguais

Um ano depois dos atentados de Nova Iorque e Washington, o fundamental documento *National Security Strategy of the United States of America* proclamava que “... *our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil.*” E prosseguia: “*The enemy is not a single political regime or person or religion or ideology. The enemy is terrorism (...).*” A amplitude dos alvos da resposta é, pois, potencialmente infinita. Ela inclui todo o tipo de organizações terroristas, seja qual for a escala em que operem; os Estados-pária já membros do Eixo do Mal e outros que venham a merecer, por insondáveis razões, essa qualificação; todo o tipo de entidades que facilitam armas de destruição em massa a grupos terroristas ou a Estados-pária; e o terrorismo em si mesmo (“o mal”). A par desta amplitude dos alvos – inevitável numa guerra que é desenhada “contra o mal” – a estratégia adoptada no âmbito da guerra contra o terrorismo foi a sua indiferenciação.

Quer dizer, “como ameaças, os terroristas, as organizações terroristas e os Estados terroristas são considerados como uma só”, como observou Jeffrey Record (2003: 16). Ora, a indiferenciação de alvos determina, as mais das vezes, uma



correspondente indiferenciação de tratamentos. Neste sentido, a parte publicamente conhecida da condução da guerra contra o terrorismo tem evidenciado uma valorização do que é comum a estes Estados, grupos e redes (o uso da violência contra a ordem estabelecida), em detrimento da sua singularidade. E, por consequência, pouco relevo é conferido nessa condução pública e na respectiva retórica, à eficácia específica que meios “aquém” da guerra, como a contenção ou a pressão negocial, podem assumir. Esta vantagem de um tratamento diferenciado pôde ser aferida, já depois de iniciada a guerra contra o Iraque, no modo (diplomático e negocial) como foi abordada, pelos mesmos Estados Unidos, a retoma do programa nuclear pela Coreia do Norte.

A nebulosa dos objectivos

Os fins apontados à guerra contra o terrorismo são igualmente de uma enorme amplitude. Jeffrey Record (*Idem*: 23) contabiliza seis objectivos já enunciados:

- Destruição da Al-Qaeda;
- Destruição ou derrota de outras redes terroristas de alcance transnacional e das suas ligações nacionais;
- Erradicação do fenómeno do terrorismo;
- Transformação do Iraque numa democracia estável e próspera;
- Transformação do Médio Oriente numa região de democracia consolidada e de desenvolvimento económico;
- Fim, pela força se necessário, da proliferação de armas de destruição em massa e do acesso a elas por Estados ou outras entidades potencialmente hostis.

A amplitude de alvos gera uma nebulosa de objectivos. De algum modo, a convicção de que há um vínculo entre o terrorismo internacional e a resistência da região do Médio Oriente à modernidade – nos domínios económico, político ou cultural – inspira esta construção em cascata. As raízes ideológicas desta fundamentação do catálogo de objectivos da guerra contra o terrorismo são indisfarçáveis. Elas remontam aos princípios proselitistas de um colonialismo alegadamente benigno e de uma missão sagrada de civilização que têm vindo a ser desenvolvidas por alguma da *entourage* da actual Administração americana ou do Governo Blair.

Nesses termos, o combate ao terrorismo é concebido como um desígnio de tipo estrutural (e não meramente operacional e pontual), formulado como uma luta sem tréguas contra as supostas raízes do fenómeno. Trata-se, deste ponto de vista, de uma *grand strategy* concebida com base na identificação (ideologicamente formatada, repete-se) de motivos profundos que conduzem à adopção do terrorismo como expressão política. A guerra, e designadamente a guerra preventiva, é um instrumento irrecusável dessa estratégia, ou não fosse ela entendida como a alternativa adequada ao binómio satânico “Estados-pária – armas de destruição em massa).

A guerra é a guerra

Lembra Daniel Byman que “a Al-Qaeda não é um grupo terrorista individual mas um insurgente global” (2003: 79-80). Junte-se a esta advertência a de Audrey Kurth Cronin, (2002: 38) para quem o que distingue a actual fase do terrorismo



internacional – a “quarta vaga”, que vem suceder ao terrorismo anti-imperial da viragem do séc. XIX para o séc. XX, e aos mais recentes terrorismo anti-colonial e terrorismo urbano anticapitalista – é afinal o repto que ela lança a soluções que sejam capazes de dar resposta ao fanatismo religioso dos terroristas e às motivações políticas de Estados, grupos e povos disponíveis para os apoiar em virtude da sua marginalização e exclusão social no sistema internacional contemporâneo. Contra um inimigo assim, a guerra só poderia ser uma metáfora. Como a guerra contra o alcoolismo, ou a guerra contra a evasão fiscal. Mais ainda: a guerra como metáfora do combate aturado e sem transigências inclui certamente operações militares, as *military operations other than war*. Mas sempre e só como componente, certamente menor e pontual, de uma panóplia diversificada de meios, organizados em diferentes etapas desse combate (do confronto imediato à prevenção estrutural), e que inclui à cabeça a espionagem e a troca de informações, o policiamento (incluindo os mecanismos de financiamento transnacional) e a criação de condições políticas, culturais e sociais para uma erradicação, a prazo, do recurso ao terrorismo.

Ora, na prática, registou-se uma inversão quase radical deste entendimento. Com a guerra contra o Iraque, a guerra contra o terrorismo deixou de ser uma metáfora de combate radical para se reduzir a uma guerra concreta. Há porventura dois aspectos que assumem mais realce nessa redução. Por um lado, a guerra contra o Iraque retirou intensidade à natureza nova que se adivinhava numa guerra contra o terrorismo – a já referida amplitude de objectivos e multiplicidade de alvos ficou significativamente reduzida no quadro de um conflito clássico, entre Estados com os respectivos exércitos nacionais e em que o argumento tradicional da soberania tem um valor simbólico primordial.

Por outro lado, a modalidade técnico-jurídica dessa redução não é certamente indiferente. O desencadeamento, para mais nos termos em que foi feito, de uma guerra preventiva – isto é, iniciada na convicção de que a ameaça, não sendo iminente, aconselha o uso da força antes de o poder vir a ser (o que distingue esta versão da guerra preemptiva, em que a natureza iminente da ameaça é incontroversa) – não só lançou uma mensagem contraditória aos alegados Estados-pária relativamente ao imperativo da não proliferação de armas de destruição em massa, como contribuiu significativamente para uma eternização da guerra, atolada num clima de guerrilha que desvia meios, esforços e atenções para o que seria, quando muito, apenas um episódio lateral da guerra contra o terrorismo. Na síntese de Jeffrey Record (*Idem*: 34), “o que começou como uma breve guerra convencional por escolha veio a tornar-se numa guerra não convencional por necessidade e sem fim.” Assim a considera uma parte importante das análises disponíveis: um desvio e não uma parte integrante da guerra contra o terrorismo.

Guerras teóricas

A guerra é também de palavras e ideias. De facto, o debate teórico em Relações Internacionais é um outro campo desta batalha. A centralidade obsessiva que a guerra passou a ter na agenda das relações internacionais em detrimento de políticas diversificadas e multilaterais de promoção do desenvolvimento económico e humano teve evidentes impactos no terreno teórico. Esses impactos situam-se em dois planos. Em primeiro lugar, uma renovada força das teses realistas, para as quais, num sistema internacional anárquico, é a acumulação de poder e a sua



afirmação simbólica e material (a *power politics*) que constitui a referência fundamental. No actual cenário internacional, os realistas sentem-se reconfortados e entendem a perda de importância de focagens cooperativas e institucionalistas como a prova de que esse não era senão um olhar distorcido sobre a realidade, na qual a vertigem hobbesiana do poder e da guerra sempre terá estado latente. Por outro lado, todavia, descortina-se em algumas elaborações teóricas uma preocupação de sentido oposto: a de apontar caminhos para uma superação desta hiper-centragem da agenda internacional sobre a guerra. Entre muitos outros, é o caso de Mary Kaldor (2003: 27), para quem a resposta adequada à ofensiva de “globalizadores regressivos” como a Al-Qaeda – que se organizam como as redes globais de empresas ou de ONG’s mas para afirmarem o seu ódio fanático à modernidade – não pode ser outra senão a de “globalizadores progressistas”, isto é, que pretendem desenvolver uma estratégia de governação global baseada na lei e na articulação entre as sociedades civis e as instituições internacionais.

Para esta outra visão das coisas, o uso de medidas militares não é de descartar mas ele só pode ter lugar como expressão de decisões institucionalmente legitimadas; em segundo lugar, a promoção dos direitos humanos, seja a título preventivo seja por intervenção dos mecanismos judiciais apropriados, deve ter primazia; enfim, em terceiro lugar, o desenvolvimento humano e a segurança humana devem ser, mais que nunca, objectivos prioritários a ser alcançados com uma combinação do uso dos sistemas educativos, dos *media*, dos aparelhos de protecção social e dos sistemas de emprego.

Alguma literatura sugere a expressão “quarta guerra mundial” para caracterizar o actual momento do sistema internacional. A falta de formalidade (declaração de guerra, ocupação territorial, armistício, ...) não é senão um álbi frouxo para negar razão a essa sugestão. Afinal de contas, a Guerra-fria – para não invocar a realidade dominante das *small wars* ou das *new wars* – também não se pautou por esse cerimonial clássico. A amplitude de objectivos, a multiplicidade de alvos e a intensidade das estratégias da guerra contra o terrorismo impõem-na como guerra total. E eterna?

Informação Complementar

A MODERNIDADE COMO INIMIGO

De acordo com Mary Kaldor, o novo terrorismo global partilha com o terrorismo tradicional os objectivos de tomada do poder estatal mas tem como traço inovador a sua auto-identificação como anti-moderno e reaccionário. Kaldor elenca quatro facetas principais a este respeito:

- **Luta pelo poder político, geralmente mediante o controle do Estado** – enaltecimento de uma concepção clássica do Estado, com hipertrofia da sua soberania;
- **Oposição à modernidade** – Rejeição da dúvida, da interrogação e do relativismo. Homofobia. Tradicionalismo familiar e consideração da igualdade entre homens e mulheres como uma perversão;



- **Afirmção da urgência de regeneração de uma sociedade corrupta** – centralidade da noção de decadência, em articulação com a nostalgia de um passado “puro” em que a comunidade estava “limpa” de misturas e de contágios deturpadores da tradição;
- **Inserção na luta “final” contra o outro** – imaginário de guerra (santa ou civil), impregnado de xenofobia.

*** José Manuel Pureza**

Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coordenador da Licenciatura em Relações Internacionais. Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais.

Bibliografia

- BYMAN, D. (2003) – “Scoring the war on terrorism”, *The National Interest*.
- CRONIN, A. K. (2002) – “Behind the curve. Globalization and international terrorism”. In *International Security*, 27(3).
- KALDOR, M. (2003) – “Terrorismo global”. In *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 84.
- RECORD, J. (2003) – “Bounding the global war on terrorism”. In *Carlisle*, Strategic Studies Institute.